

REFLETINDO SOBRE O "NORMAL", O "DIFERENTE" E O "EX-CÊNTRICO".

Raiff Magno - (mestrando em Ciência da Literatura,
Semiologia, UFRJ)

Eis-me aqui por dentro; o que captei fez com que eu perdesse um de meus centros.
(Regis Bonvicino)

Resumo

O presente artigo tenciona analisar as fragmentações pelas quais a sociedade pós-moderna e, especificamente, o indivíduo passa nesses últimos 30 anos. Analisaremos a identidade Pós-moderna como algo que já não cabe certezas ou centros de segurança. Isso implica uma ruptura definitiva com a possibilidade de uma identidade essencial, coesa, fixa, imaculada, permanente. É a partir da Identidade Pós-moderna que iremos nos objetivar sobre a questão do indivíduo, que tem sido estudada em vários campos do conhecimento, como consequência das mudanças ocorridas no cerne das formações culturais da modernidade. Com a emergência das sociedades pós-modernas, desintegram-se, por um lado, os sistemas filosóficos tradicionais e essencialistas e perde-se, por outro, o sentido de continuidade entre passado, presente e futuro. O sujeito começa a experimentar a angústia existencial e viver uma profunda crise de identidade. Portanto, a crise do indivíduo pós-moderno reflete as mudanças que deslocaram as estruturas e processos centrais das sociedades pós-modernas, “abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável ao mundo social” (Hall, 1999, p.9).

Importa que se façam algumas considerações, aprofundamentos sobre o conceito de 'identidade', devido à centralidade que tal conceito assume para este estudo. De modo geral, utiliza-se o termo identidade para remeter a algo uno, integral, original, coerente, estável, quase que imutável, ou seja, o sujeito seria definido de uma vez por todas e marcado de forma quase que indelével. Essa compreensão de identidade está firmemente embasada nos princípios e na concepção de sujeito iluminista. Assim nos diz Stuart Hall

O sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas (HALL, 2000, p. 12)

Isso implica uma ruptura definitiva com a possibilidade de uma identidade essencial, coesa, fixa, imaculada, permanente.

Vamos então nos debruçar na etimologia da palavra indivíduo. O termo indivíduo designa “o que não se divide”, “o indiviso”, significado que nos leva à idéia de unidade, de permanência do sujeito que se considera contínuo em relação a uma história existencial de si-mesmo. Apesar disso, o indivíduo, quando tirado de seu lugar fixo – como foi configurado por Descartes -, torna-se fragmento, dividido e plural, pois à medida que sua identidade é atravessada por diferentes divisões e novos antagonismos sociais, ocorre um descentramento do “eu”.

A questão do indivíduo tem sido estudada em vários campos do conhecimento, como consequência das mudanças ocorridas no cerne das formações culturais da modernidade. Com a emergência das sociedades pós-modernas, desintegram-se, por um lado, os sistemas filosóficos tradicionais e essencialistas e perde-se, por outro, o sentido de continuidade entre passado,

presente e futuro. O sujeito começa a experimentar a angústia existencial e viver uma profunda crise de identidade.

A crise do indivíduo pós-moderno reflete as mudanças que deslocaram as estruturas e processos centrais das sociedades pós-modernas, “abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável ao mundo social” (Hall, 1999, p.9).

As teorias chamadas pós-estruturalistas e pós-modernas vêm questionando a existência de um sujeito unitário, conhecedor e sistematizador do conhecimento. Se o sujeito iluminista, universal, mestre do discurso do conhecimento está tendo suas estruturas questionadas e abaladas, como ficam os seres humanos enquanto sujeitos na pós-modernidade? Abrindo um parêntese: gostaríamos de a partir de agora, fugir do termo “marginal” e adotar o termo ex-cêntrico, utilizado pela teórica canadense, Linda Hutcheon, para significar tudo aquilo e todas/os aquelas/es que se localizam fora do “centro”, das normas, ou do chamado “senso comum”.

Nós geralmente nos sentimos pouco à vontade quando somos confrontados com as idéias de provisoriedade, precariedade, incerteza — tão recorrentes nos discursos contemporâneos. Preferimos contar com referências seguras, direções claras, metas sólidas e inequívocas. Apesar disso, hoje são poucos os que se atrevem a negar que a instabilidade e a transitoriedade se transformaram em “marcas” do nosso tempo. Já não é mais possível desprezar tais afirmações como se elas se constituíssem numa ladainha rezada por intelectuais pós-modernistas, uma espécie de mantra que tem o poder de desmobilizar o que se acha seguro. De formas muito concretas, temos sido lançados a situações absolutamente imprevisíveis, algumas trágicas, outras fascinantes, quase todas inexplicáveis. Mais do que nunca nos percebemos vulneráveis, sem qualquer preparo para enfrentar os choques e os desafios que aparecem de toda parte.

Que fazer? A muitos talvez pareça mais prudente buscar no passado algumas certezas, algum ponto de estabilidade capaz de dar um sentido mais permanente e universal à
ação.

O ritmo e o caráter das transformações podem, contudo, converter esse recuo em imobilidade. Para outros — e aqui pretendo me incluir — a opção é assumir os riscos e a precariedade, admitir os paradoxos, as dúvidas, as contradições e, sem pretender lhes dar uma solução definitiva, ensaiar, em vez disso, respostas provisórias, múltiplas, localizadas. Reconhecer, como querem os/as pós-modernistas, que é possível questionar todas as certezas sem que isso signifique a paralisia do pensamento, mas, ao contrário, se constitua em fonte de energia intelectual e política.

Este ambiente de transformações aceleradas e plurais, que hoje vivemos, parece ter se intensificado desde a década de 1960, possibilitado por um conjunto de condições e levado a efeito por uma série de grupos sociais tradicionalmente submetidos e silenciados. As vozes desses sujeitos faziam-se ouvir a partir de posições desvalorizadas e ignoradas; elas ecoavam a partir das margens da cultura e, com destemor, perturbavam o centro. Uma outra política passava a acontecer, uma política que se fazia no plural, já que era — e é — protagonizada por vários grupos que se reconhecem e se organizam, coletivamente, em torno de identidades culturais de gênero, de raça, de sexualidade, de etnia. O centro, materializado pela cultura e pela existência do homem branco ocidental, heterossexual e de classe média, passa a ser desafiado e contestado. Portanto, muito mais do que um sujeito, o que passa a ser questionado é toda uma noção de cultura, ciência, arte, ética, estética, educação que, associada a esta identidade, vem usufruindo, ao longo dos tempos, de um modo praticamente inabalável, a posição privilegiada em torno da qual tudo mais gravita.

“Novas” identidades culturais obrigam a reconhecer que a cultura, longe de ser homogênea e monolítica, é, de fato, complexa, múltipla, desarmonizada, descontínua. Muitos afirmam, com evidente desconforto, que essas novas identidades “*ex-cêntricas*” passaram não só a ganhar importância nestes tempos pós-modernos, como, mais do que isso, passaram a se constituir no novo centro das atenções. Não há como negar que um outro movimento político e teórico se puseram em ação, e nele as noções de centro, de margem e de fronteira passaram a ser questionadas. É preciso, no entanto, evitar o reducionismo teórico e político que apenas

transforma as margens em um novo centro. O movimento não pode se limitar a inverter as posições, mas, em vez disso, supõe aproveitar o deslocamento para demonstrar o caráter construído do centro — e também das margens! É necessário admitir, ainda, que o questionamento de sistemas e instituições, práticas e sujeitos solidamente estabelecidos na posição central, que hoje é levado a efeito, não implica negar que o centro permanece como uma atraente ficção de ordem e de unidade. O importante é reconhecer que isso se constitui numa ficção. A universalidade e a estabilidade deste lugar central resultam de uma história que tem sido constantemente reiterada — e por isso parece tão verdadeira — do mesmo modo que a posição do “*ex-cêntrico*” não passa de uma elaboração que integra esta mesma história.

Há uma estreita articulação entre os movimentos sociais dos anos 60 e o pós-modernismo. Como afirmou Linda Hutcheon:

(...)subitamente, as diferenças de gênero e raciais estavam sobre a mesa de discussão” e, “uma vez que isso aconteceu, a ‘diferença’ tornou-se foco do pensamento — desde novas questões de escolhas sexuais e história pós-colonial até questões mais familiares tais como religião e classe (1988:90).

É nesta perspectiva que pretendo desenvolver minha análise sobre a constituição de diferenças e identidades de gênero e sexuais e, mais especificamente, sobre as formas como esse processo vem se expressando nos dias atuais.

Conforme registra o dicionário, excêntrico é aquele ou aquilo que está fora do centro; é o extravagante, o esquisito; é, também, o que tem um centro diferente, um outro centro. Jogar com acepções dicionarizadas das palavras pode se mostrar um exercício interessante: pode nos ajudar a pensar sobre as formas como se estabelecem as posições de sujeito no interior de uma cultura.

A posição central é considerada a posição não-problemática; todas as outras posições-de-sujeito estão de algum modo ligadas — e subordinadas — a ela. Tudo ganha sentido no interior desta lógica que estabelece o centro e o excêntrico; ou, se quisermos dizer de outro modo, o centro e suas margens. Ao conceito de centro vinculam-se, freqüentemente, noções de universalidade, de unidade e de estabilidade. Os sujeitos e as práticas culturais que não ocupam este lugar recebem as marcas da particularidade, da diversidade e da instabilidade. Portanto, toda essa “conversa” pós-moderna de provisoriade, precariedade, transitoriedade etc. só pode se ajustar às mulheres, aos negros e negras, aos sujeitos homossexuais ou bissexuais. A identidade masculina, branca, heterossexual deve ser, supostamente, uma identidade sólida, permanente, uma referência confiável.

Não há mais novidade em tais afirmações. Já há algumas décadas o movimento feminista, o movimento negro e também os movimentos das chamadas minorias sexuais vêm denunciando a ausência de suas histórias, suas questões e suas prática. A resposta a essas denúncias, contudo, não passa, na maioria dos casos, do reconhecimento retórico da ausência e, eventualmente, da instituição, pelas autoridades educacionais, de uma “data comemorativa”: o “dia da mulher” ou “do índio”, a “semana da raça negra” etc.

Momentaneamente, a Cultura (com C maiúsculo) cede um espaço, no qual manifestações especiais e particulares são apresentadas e celebradas como exemplares de uma outra cultura. Estratégias que podem tranquilizar a consciência dos planejadores, mas que, na prática, acabam por manter o lugar especial e problemático das identidades “marcadas” e, mais do que isso, acabam por apresentá-las a partir das representações e narrativas construídas pelo sujeito central. Aparentemente se promove uma inversão, trazendo o marginalizado para o foco das atenções, mas o caráter excepcional desse momento pedagógico reforça, mais uma vez, seu significado de diferente e de estranho. Ao ocupar, excepcionalmente, o lugar central, a identidade “marcada” continua representada como diferente.

Uma estratégia mais desestabilizadora irá colocar em discussão esse tipo de representação. Problematizará, por exemplo, o fato de as mulheres serem denominadas de “o segundo sexo” (uma afirmativa que é, via de regra, consensual e indiscutível) e levará a analisar as narrativas — religiosas, históricas, científicas, psicológicas e até mesmo no campo da literatura — que instituíram este lugar para o feminino. Tornará possível discutir o que implica, numa seqüência qualquer, ser o segundo elemento; ou o que significa ser o primeiro, isto é, ser a identidade que serve de referência; ou, ainda, permitirá analisar as formas através das quais tal classificação se faz presente nas práticas sociais e culturais de qualquer grupo.

Se a instabilidade é perturbadora, mais ainda nos parecerá a existência daqueles sujeitos que ousam assumi-la abertamente, ao escolherem a mobilidade e a posição de trânsito como o seu “lugar”. Para alguns grupos culturais, ser excêntrico significa abandonar qualquer referência à posição central. Não se trata de, simplesmente, se opor ao centro e, menos ainda, de aspirar a ser reconhecido por ele. Esses sujeitos não buscam ser “integrados”, “aceitos” ou “enquadrados”; o que desejam é romper com uma lógica que, a favor ou contra, continua se remetendo, sempre, à identidade central. Assumem-se como estranhos, esquisitos, excêntricos e assim querem viver — pelo menos por algum tempo, ou melhor, pelo tempo que bem lhes aprouver.

Precisamos prestar atenção às estratégias públicas e privadas que são postas em ação, cotidianamente, para garantir a estabilidade da identidade “normal” e de todas as formas culturais a ela associadas; prestar atenção às estratégias que são mobilizadas para marcar as identidades “diferentes” e aquelas que buscam superar o medo e a atração que nos provocam as identidades “excêntricas”. Precisamos, enfim, nos voltar para práticas que desestabilizem e desconstruam a naturalidade, a universalidade e a unidade do centro e que reafirmem o caráter construído, movente e plural de todas as posições. É possível, então, que a história, o movimento e as mudanças nos pareçam menos ameaçadores.

Por fim podemos dizer, sem assombro, que hoje vivemos uma crise do sujeito e uma fragmentação ou descentralização das identidades. Estas idéias já fazem parte do senso comum e estão ligadas a outras discussões, também na pauta do dia, sobre a globalização, o pós-modernismo, o multiculturalismo e o hibridismo cultural.

O hibridismo cultural pode ser enxergado de pelo menos duas formas contraditórias: como uma poderosa fonte de renovação cultural e criatividade, mais apropriada ao tempo em que vivemos do que a idéia de uma identidade única; ou como indefinição, relativismo generalizado, consciências múltiplas, esquizofrênicas e antiéticas. Seus críticos mais ferrenhos alegam que em nome dos hibridismos culturais muitas banalidades e produtos culturais estéreis de qualquer valor autêntico foram gerados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 3ª ed. Rio de Janeiro : DP&A, 1999.

HUTCHEON, Linda. **A poética do Pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Imago, 1988.